



- a - A CLT admite o contrato de trabalho por prazo determinado apenas em atividades de caráter transitório, salvo para empresa com menos de 20 empregados, que não estão sujeitas à limitação celetista;
- b - A CLT admite contrato de trabalho por prazo determinado em qualquer atividade, desde que autorizado em convenção ou acordo coletivo, salvo para empresas com menos de 20 empregados, que independem da referida autorização para celebrá-lo;
- c - Nos termos da Lei n. 9.601/98, a celebração de contratos de trabalho por prazo determinado efetiva-se por deliberação unilateral do empregador, sendo necessária, porém, a obtenção de autorização do Ministério do Trabalho, por meio da Delegacia Regional do Trabalho;
- d - A indenização do trabalhador contratado nos termos da Lei n. 9.601/98, no caso de rescisão antecipada efetuada pelo empregador, deverá ser fixada na negociação coletiva;
- e - Na contratação de empregados a prazo determinado, nos termos da Lei n. 9.601/98, há garantia da estabilidade provisória da gestante e do dirigente sindical após a cessação do contrato de trabalho.

93 - Analise as proposições abaixo e assinale a opção correta (C para certo e E para errado):

- I - Se a empresa não concede férias no período concessivo, fica sujeita à aplicação de uma multa de três vezes o salário mensal do empregado, sem necessidade de concessão daquelas férias no período posterior ao concessivo;
- II - Sendo demitido sem justa causa no vigésimo mês de vigência do contrato de trabalho, o empregado, a quem não foi facultado o gozo das férias, terá direito à remuneração em dobro pelo período de descanso não-fruído;
- III - Poderá o empregado, observado o prazo legal, e desde que haja concordância do empregador, converter 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes;

- a - E, C, E;
- b - C, E, E;
- c - C, C, E;
- d - C, C, C;
- e - E, E, E.

94 - Analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta (V para verdadeiro e F para falso):

- I - A estabilidade provisória, concedida por pacto entre as partes, individual ou coletivo, ou por lei, assegura o emprego, a reintegração e todos os efeitos que decorreriam do trabalho até o termo final previsto, inclusive a indenização em dobro;
- II - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador, salvo previsão em contrário em norma coletiva, afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade;
- III - É assegurada a estabilidade provisória ao membro da CIPA, quando a dispensa decorrer do fechamento do estabelecimento.

- a - V, F, F;
- b - F, V, V;
- c - F, F, F;
- d - F, V, F;
- e - V, F, V.



95 - Considerando os enunciados do TST, julgue os itens a seguir e marque a opção correta (V para verdadeiro e F para falso):

- I - Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado não fará jus ao aviso prévio, às férias proporcionais e à gratificação natalina do ano respectivo;
- II - No caso de se converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até a data da primeira decisão que determinou essa conversão;
- III - Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer;
- IV - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local do trabalho e no seu retorno, é computável na jornada de trabalho, independentemente de se tratar de local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte regular público;
- V - A garantia de emprego à gestante não autoriza a reintegração, assegurando-lhe apenas o direito a salários e vantagens correspondentes ao período e seus reflexos.

- a - F, V, V, F, F;
- b - F, V, F, F, V;
- c - V, F, V, V, F;
- d - F, V, V, F, V;
- e - V, V, F, V, F.

96 - De acordo com posição jurisprudencial do TST, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta (V para verdadeiro e F para falso):

- I - Quando o sindicato é réu na ação rescisória por ter sido autor, como substituto processual, na ação originária, é necessária a citação dos substituídos;
- II - A coisa julgada produzida na ação de cumprimento é atípica, pois dependente de condição resolutiva, ou seja, da não-modificação da decisão normativa por eventual recurso. Assim, modificada a sentença normativa pelo TST, com a conseqüente extinção do processo, sem julgamento do mérito, deve-se extinguir a execução em andamento, uma vez que a norma sobre a qual se apoiava o título exequendo deixou de existir no mundo jurídico;
- III - A juntada da ata de audiência, em que está consignada a presença do advogado do agravado, não substitui a exigência de juntada do mandato expresso.

- a - F, V, V;
- b - V, F, F;
- c - F, V, F;
- d - V, V, F;
- e - V, F, V.

97 - Assinale a alternativa incorreta no que tange a Ação Rescisória no processo do trabalho:

- a - O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não;
- b - Havendo recurso parcial do processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial da ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese



em que flui a decadência, a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial;

- c - Da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, é cabível recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho;
- d - Caberá ação rescisória de competência do Tribunal Superior do Trabalho, em face de acórdão deste que não conhece de recurso de embargos ou de revista, decidindo em consonância com enunciado de direito material ou em iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da SDI, examinando o mérito da causa;
- e - É cabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação.

98 - Assinale a alternativa correta:

- a - Das decisões proferidas em dissídio individual ou coletivo que afete empresa de serviço público pode recorrer, além dos interessados, somente o presidente do Tribunal;
- b - Os recursos, na Justiça Trabalhista, serão interpostos por simples petição e terão duplo efeito, não sendo permitida a execução provisória;
- c - A nova exigência do CPC, de intimar-se quem efetuou o depósito recursal incompleto para que o supra, aplica-se ao processo do trabalho;
- d - Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide (OJ 190);
- e - O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária (Súmula 283 - TST).

99 - Analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta (V para verdadeiro e F para falso):

- I - Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo;
- II - Submetem-se ao procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública Direta, Autárquica e fundacional;
- III - Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo o pedido deverá ser certo e determinado e indicar o valor correspondente;
- IV - No procedimento sumaríssimo a citação poderá ser feita por edital;
- V - As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção do juiz presidente e substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.

- a - V, F, V, F, V;
- b - F, F, V, F, V;
- c - V, V, F, F, V;
- d - F, V, V, F, F;
- e - V, F, F, F, V.

100 - Com base nos enunciados do TST, analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta (V para verdadeiro e F para falso):

- I - Cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo somente para reexame dos pressupostos extrínsecos do recurso a que se denegou seguimento no TST;



- II - A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção absoluta de veracidade da jornada de trabalho;
- III - Para comprovação da divergência jurisprudencial, justificadora do recurso, é necessário que o recorrente transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, salvo se os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso;
- IV - Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre o qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração;
- V - Interpretação razoável de preceito de lei, ainda que não seja a melhor, dá ensejo à admissibilidade ou ao conhecimento de recurso de revista.

- a - V, F, F, V, V;
- b - F, F, V, F, V;
- c - V, F, F, V, F;
- d - V, F, V, V, F;
- e - F, V, F, V, V.